



CRC - Convenção sobre os Direitos da Criança Brasil

*98º Grupo de Trabalho Pré-Sessional
(27 de maio a 31 de maio de 2024)*

Relatório da Sociedade Civil - 01 de março de
2024

Campanha Brasileira pelo Direito à Educação
(BCRE)¹

¹ Este relatório foi produzido por

Andressa Pellanda, Ph.D. em Ciências e Coordenadora Geral do BCRE. Contato:

Helena Rodrigues, doutoranda em Ciências e Coordenadora de Advocacia Internacional do BCRE. Contato:

Índice

I. Questões sobre educação relativas ao último Relatório Estadual publicado em 31/01/2024 - CRC/C/BRA/5-7	3
i. Falta de acesso à educação básica.....	3
Primeira infância	3
Educação primária	3
Educação secundária	3
ii. Educação técnica e profissionalizante	4
iii. Educação integral.....	4
iv. Povos indígenas e quilombolas	4
v. Financiamento da educação	5
vi. Atendimento Educacional Especializado (AEE) / Pessoas com Deficiência (PcD)	5
II. Acompanhamento das recomendações sobre educação das Observações Finais do II ao IV Ciclo de Relatórios - CRC/C/BRA/CO/2-4 (2015).....	6
Investimentos na melhoria da infraestrutura escolar	6
Abordagem das causas básicas das crianças que vivem em áreas urbanas marginalizadas	7
Aumento dos recursos para a educação pública.....	7
Fim das escolas militares	8
Regulamentos para provedores de educação privada	8

I. Questões sobre educação relativas ao último Relatório Estadual publicado em 31/01/2024 - CRC/C/BRA/5-7

1. Este item foi desenvolvido com o objetivo de fornecer ao Comitê dos Direitos da Criança informações mais precisas e atualizadas sobre a situação da educação pública no Brasil. O objetivo é aprimorar os dados apresentados pelo Estado brasileiro no Relatório de Estado publicado em 31/01/2024 - CRC/C/BRA/5-7. A intenção é contribuir para uma análise mais abrangente e detalhada, fornecendo uma base sólida com referências para recomendações para melhorar as políticas educacionais no contexto da proteção dos direitos das crianças. Todas as informações fornecidas foram extraídas do Balanço 2023 do Plano Nacional de Educação da Campanha Brasileira pelo Direito à Educação.²

i. Falta de acesso à educação básica

Primeira infância

2. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas ambiciosas para a educação infantil no Brasil. No entanto, a partir de 2022, o progresso para atingir a Meta 1, que visa aumentar o acesso a escolas ou creches para crianças de até 3 anos de idade, tem sido muito insuficiente, com uma taxa de matrícula de apenas 37,3% em comparação com a meta de 50%. As disparidades persistem, principalmente entre os grupos raciais e de renda, destacando a necessidade de intervenções direcionadas. Da mesma forma, a provisão da Meta 1 de acesso universal à pré-escola para crianças de 4 e 5 anos continua não sendo cumprida, especialmente na região Norte, onde as disparidades são mais acentuadas. Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas estaduais robustas, maior financiamento público e regulamentação da alocação de fundos públicos para melhorar a qualidade e a acessibilidade da educação infantil em todo o país.

Educação primária

3. O acesso ao ensino fundamental para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos no Brasil, que não foi totalmente alcançado antes da pandemia, sofreu um declínio desde 2016, caindo de 97,2% de cobertura para 96,3%. Esse declínio foi particularmente notável entre os grupos desfavorecidos, incluindo os mais pobres, as crianças negras, os residentes urbanos, as mulheres e as pessoas da região Centro-Oeste. O progresso em direção à conclusão do ensino fundamental entre os jovens de 16 anos tem sido mais lento do que o necessário, com uma média de 1,1 ponto percentual por ano de 2014 a 2022. Embora os grupos desfavorecidos tenham apresentado algum progresso desde 2014, persistem disparidades significativas, especialmente com relação à renda. Garantir uma educação abrangente nessa etapa requer não apenas o acesso à escola, mas também ensino de qualidade, continuidade, inclusão e equidade, tudo sob gestão democrática. Além disso, garantir profissionais qualificados e promover o desenvolvimento holístico dos alunos são objetivos cruciais.

Educação secundária

4. A meta 3 do atual Plano Nacional de Educação (PNE) visa ao acesso universal à escola para a faixa etária de 15 a 17 anos, mas essa disposição enfrenta atrasos significativos, com cerca de meio milhão de jovens ainda fora da escola cinco anos após o prazo. As disparidades persistem, com destaque para

² <https://campanha.org.br/acervo/balanco-do-pne-2022-dados-desagregados-por-estados-raca-etnia-e-genero/> - dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2022, Censo Escolar 2022, entre outras pesquisas nacionais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

a diferença de 25 pontos percentuais no acesso entre os 25% mais pobres e os 25% mais ricos, particularmente acentuada nos estados do Norte e Nordeste. A implementação do Novo Ensino Médio, estabelecido pela Lei nº 13.415/2017, é prejudicada por várias questões, incluindo preocupações com a estrutura curricular, percursos formativos limitados, redução dos dias letivos e precariedade das condições de trabalho dos profissionais da educação. A revogação da Lei nº 13.415/2017 e o desenvolvimento de uma política robusta para o ensino médio alinhada com o direito à educação, conforme delineado pelo Fórum Nacional de Educação, são necessários para resolver esses problemas.

ii. Educação técnica e profissionalizante

5. A reforma do ensino médio introduzida em 2016, incorporando treinamento técnico e profissional entre os "caminhos formativos", visava acelerar a expansão das matrículas para se alinhar à Meta 11. Entretanto, essa expansão levanta preocupações sobre os padrões de qualidade descritos no Plano. É necessário revogar a Nova Escola de Ensino Médio e construir uma proposta participativa envolvendo alunos, comunidades, professores e representantes sindicais. A educação técnica e profissionalizante no nível secundário (EPTNM) teve crescimento exclusivamente no setor público, com uma diminuição notável no setor privado durante a implementação do Plano. O recente declínio acentuado ressalta a instabilidade da política. A educação profissional eficaz deve atender às crescentes demandas de treinamento de recursos humanos, disseminar o conhecimento científico e apoiar o desenvolvimento econômico local e regional. Os formatos, cursos e programas institucionais devem enfatizar as atividades de pesquisa e extensão para desenvolver soluções técnicas e beneficiar a comunidade.

iii. Educação integral

6. A meta 6 do Plano Nacional de Educação visa oferecer educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas, atendendo a 25% dos alunos da Educação Básica. No entanto, essa meta enfrenta desafios significativos, com um declínio em ambos os indicadores de monitoramento entre 2014 e 2022. Aproximadamente 10 mil escolas abandonaram esse formato, resultando em mais de um milhão de matrículas a menos na educação em tempo integral, caindo de aproximadamente 6,5 para 5,3 milhões. Durante esse período, as desigualdades persistiram entre os níveis socioeconômicos, as regiões e as localidades urbanas/rurais, com o Nordeste e o Norte apresentando quedas acima da média. As áreas rurais também ficaram atrás das áreas urbanas, enquanto as populações indígenas e as comunidades não brancas enfrentaram desvantagens significativas no acesso à educação em tempo integral. Esses impactos são atribuídos a mudanças nas políticas públicas, incluindo o término do programa *Mais Educação*, o que levou à diminuição da cobertura nas redes municipais e estaduais e a uma mudança no sentido de privilegiar o ensino médio em detrimento do ensino fundamental. Embora a educação integral combinada com a educação profissional técnica dos Institutos Federais de Educação seja um modelo viável, não é o único meio de oferecer educação em tempo integral.

iv. Povos indígenas e quilombolas

7. As populações indígenas no Brasil enfrentam desafios significativos no acesso à educação, especialmente porque a maioria frequenta escolas não específicas e indiferenciadas em áreas urbanas. A falta de ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental nas Terras Indígenas agrava a questão. Das 3.454 escolas indígenas, apenas 528 oferecem ensino médio (15,28%), com apenas 11,43% dos alunos indígenas matriculados. No ensino fundamental, das 177.972 matrículas, apenas 41,24% estão nos anos finais. O acesso ao ensino superior é ainda mais problemático, com apenas 0,5% dos 8,9

milhões de alunos se autodeclarando indígenas. Embora tenha havido um aumento de 374% nos alunos autodeclarados indígenas entre 2011 e 2021, a maioria está matriculada em instituições privadas (63,7%).

8. No Brasil, as crianças e os adolescentes quilombolas carecem de uma legislação específica que proteja seus direitos, sendo que as leis existentes abordam os residentes em áreas quilombolas de forma mais ampla, sem ênfase específica na idade. A legislação enfoca o direito à educação para a população negra em geral, delineando princípios para as escolas quilombolas. Notavelmente, os quilombos urbanos também exigem a garantia desses direitos. A análise dos dados em 2020 e 2022 revelou desafios na educação quilombola, incluindo infraestrutura escolar precária, escassez de professores qualificados, oferta limitada de ensino médio e educação profissional técnica, baixa regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais nos níveis estadual e municipal e inadequações nos programas e pesquisas federais que abordam as especificidades da educação quilombola, quando consideradas.

v. Financiamento da educação

9. Para 2024, foi determinado que 10% do PIB deve ser alocado para a educação, uma demanda histórica que ressoa amplamente na população. No entanto, os desafios para o financiamento educacional ainda persistem, como a falta de regulamentação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) no Sistema Nacional de Educação e os cortes orçamentários no setor educacional. Entre 2019 e 2021, a execução orçamentária da educação diminuiu em R\$ 8 bilhões em termos reais³. Como o CAQi/CAQ é um mecanismo que vincula o financiamento a parâmetros de qualidade para a educação básica, esses insumos básicos também não foram regulamentados, muito menos estabelecidos e implementados.

10. Estabelecer e implementar o padrão de qualidade social para a educação básica tendo como referência o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) em creche e pré-escola, em áreas rurais, em territórios indígenas, áreas quilombolas, comunidades tradicionais e em zonas urbanas, bem como o CAQi amazônico, e mecanismos para sua efetivação, como referência analítica e política na melhoria do processo educacional e para a política nacional de avaliação, considerando a heterogeneidade territorial do País. Isso envolve a revogação das Portarias MEC nº 233, de 2018, nº 649, de 2019, e nº 338, de 2021, do Decreto nº 10.660, de 2021, e do Parecer CNE/CEB nº 3, de 2019. Adicionalmente, desconsiderando o estudo "Custo da Educação de Qualidade por Aluno (CAQ): Contribuições Conceituais e Metodológicas", que desmerece o CAQi/CAQ, tentando enfraquecer seu conceito e sua proposta de qualidade e financiamento. É necessário retomar a construção de mecanismos e sua implementação, conforme previsto na Lei nº 13.005, de 2014, e aprovado na EC nº 108, de 2020.

vi. Atendimento Educacional Especializado (AEE) / Pessoas com Deficiência (PcD)

11. Apesar dos avanços anteriores, a ausência de um Sistema de Educação Inclusiva persiste, enfrentando desafios como o investimento insuficiente na formação de professores, o progresso limitado na gestão, as práticas pedagógicas inclusivas, as diversas dimensões da acessibilidade, a formação de redes de aprendizagem, o fomento de parcerias na comunidade escolar e o caráter

³ <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte>

intersetorial da gestão pública. Além disso, há um risco de retrocesso, evidente desde meados de 2018, com as repetidas tentativas de revisão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esses esforços visam a reintroduzir classes e escolas especiais, voltando a uma noção de educação especial como modalidade substitutiva e não complementar. Essas propostas têm encontrado forte oposição dos movimentos sociais, desafiando possíveis retrocessos não apenas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), mas também na Lei Brasileira de Inclusão e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

II. Acompanhamento das recomendações sobre educação das Observações Finais do II ao IV Ciclo de Relatórios - CRC/C/BRA/CO/2-4 (2015)

Investimentos na melhoria da infraestrutura escolar

12. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, há 3.063 escolas no país sem água (uma redução de 6,27% de 2022 a 2023), 7.912 sem água potável (um aumento de 5% no último ano) e 6.363 escolas sem sistema de esgoto (uma redução de 10% de 2022 até o momento).

13. De acordo com dados de agosto de 2020 do Programa Conjunto de Monitoramento de Saneamento e Higiene (JMP) da OMS e do UNICEF⁴

- 39% das escolas no Brasil não têm instalações básicas para lavar as mãos;
- apenas 19% das escolas públicas do Estado do Amazonas têm acesso ao abastecimento de água, enquanto a média nacional é de 68%;
- Em relação ao esgoto sanitário, a situação é ainda mais crítica, pois em alguns estados da região Norte, menos de 10% das escolas têm acesso a serviços públicos de esgoto.

14. De acordo com dados da OMS e do UNICEF, apenas 65% das escolas municipais e 84% das escolas estaduais tinham água encanada, 18% e 14% das instituições municipais e estaduais, respectivamente, usavam poços artesianos, 13% e 5% cacimba, 6% e 2% rio e 3% e 1% não tinham acesso à água.

15. O progresso para atingir a meta de porcentagem de professores adequadamente treinados na educação básica até 2024 tem sido insuficiente. As taxas de crescimento anual estão muito abaixo dos padrões de referência exigidos, com a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental apresentando um avanço particularmente lento. Apesar do notável progresso da região Nordeste, ela ainda está atrasada nos níveis de treinamento de professores. As áreas rurais melhoraram, mas permanecem desiguais, e as escolas particulares continuam a ficar atrás das escolas públicas, exacerbando a lacuna existente desde o início do Plano. O avanço nas etapas posteriores da educação básica é ainda mais lento, com o ensino médio enfrentando desafios semelhantes. A Meta 16 do Plano Nacional de Educação, que visa a que 50% dos professores da educação básica tenham pós-graduação até 2024, registrou algum progresso, mas com disparidades preocupantes entre os professores indígenas e os da região Sudeste. A formação continuada, uma exigência da Meta 16, continua ausente

⁴ <https://www.unicef.org/brazil/media/9721/file/nota-tecnica-saneamento-higiene-na-resposta-a-covid-19.pdf>

para mais da metade dos professores da educação básica em 2021. Sem mudanças significativas, o cumprimento da meta até 2024 parece improvável.

16. Para o padrão de qualidade social para a educação básica com referência ao Custo Inicial da Educação de Qualidade por Aluno (CAQi) e ao Custo da Educação de Qualidade por Aluno (CAQ), consulte os parágrafos 18-19.

Abordagem das causas básicas das crianças que vivem em áreas urbanas marginalizadas

17. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19, realizada em 2020⁵, revelaram que, em setembro, 6,4 milhões de estudantes, o que corresponde a 13,9% do total, não tinham acesso a atividades escolares no Brasil. A mesma pesquisa mostrou que os alunos negros e indígenas sem atividade escolar são três vezes mais numerosos do que os alunos brancos: 4,3 milhões de crianças e adolescentes negros e indígenas nas escolas públicas e 1,5 milhão de adolescentes brancos, respectivamente. De fato, acentuadas pela pandemia, as desigualdades educacionais atingem todos os grupos sociais, porém, é inexorável reconhecer que a pandemia amplia as desigualdades educacionais existentes entre não brancos e brancos no Brasil⁶

18. Diante dessa realidade, o Geledés - Instituto da Mulher Negra realizou a pesquisa "O direito à educação de meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades"⁷ na cidade de São Paulo, com foco em raça/cor e gênero. O estudo mostrou que a porcentagem de meninos que dedicavam mais de 6 horas aos estudos era aproximadamente o dobro da porcentagem de meninas, devido à redução da renda financeira e à sobrecarga de atividades domésticas.

19. O estudo "A educação das meninas e a COVID-19 no Complexo de Favelas da Maré"⁸, uma pesquisa com mais de mil moradores de 16 favelas do Rio de Janeiro, buscou identificar os impactos da pandemia na educação das meninas. A pesquisa mostra como a Covid-19 afetou a educação de meninas e mulheres na Maré. A pesquisa indicou que o percentual de meninas com rotina escolar caiu para 62,7% na faixa etária de 6 a 10 anos - a fase de alfabetização. Nas demais faixas etárias, as porcentagens foram de 66,3% (11 a 14 anos), 66,6% (15 a 17 anos) e 65% (18 a 24 anos).

Aumento dos recursos para a educação pública

20. A Meta 20 é fundamental para o cumprimento do restante do Plano Nacional de Educação (PNE). Consequentemente, ela também é fundamental para entender o estado de não conformidade exposto nesta avaliação. O PNE visava à alocação de 7% do PIB para a educação pública até 2019, uma meta que não foi alcançada, com os gastos estagnados em torno de 5% de 2015 a 2020. Até 2024, foi determinado que 10% do PIB deveriam ser destinados à educação pública, uma agenda histórica com ampla ressonância na população. Isso ficou evidente na forte pressão exercida não só pelo setor educacional, mas pelos cidadãos como um todo, para a aprovação de um Novo Fundo para a Educação

⁵ <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>

⁶ www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/A-educacao-de-meninas-negras-em-tempo-de-pandemia.pdf

⁷ <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/A-educacao-de-meninas-negras-em-tempo-de-pandemia.pdf>

⁸ https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/pesq_covid_mare_PORT_web60369a328ca93.pdf

Básica (Novo Fundeb) com CAQ (Custo Aluno Qualidade), diante das sucessivas tentativas de desmonte por parte do governo federal e de setores do Congresso que, ao final, ficaram em minoria.

21. Para alocar no Brasil recursos equivalentes à média dos países da OCDE, seria necessário alocar 14% do PIB, percentual ainda maior do que o previsto no PNE. A diferença entre os níveis do Brasil e dos países membros da OCDE evidencia os desafios a serem enfrentados para atingir o nível de financiamento desses países, considerando as necessidades educacionais do Brasil e a significativa desigualdade. O patamar de 10% do PIB para o PNE (2024/2034) se justifica, independentemente de qualquer comparação com os países da OCDE, quando se consideram as necessidades educacionais brasileiras em relação ao acesso, à permanência e à qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais delineadas nas metas do PNE (2014-2024).

Fim das escolas militares

22. Em 2019, depois que Jair Bolsonaro venceu a eleição presidencial, o Brasil lançou o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, implementado em 2020. O programa atribuiu responsabilidades pedagógicas aos educadores civis e deveres administrativos aos militares, que atuaram como gerentes e "monitores". Suas tarefas incluíam promover o pertencimento, garantir o cumprimento das normas e inculcar o espírito cívico, promovendo valores e símbolos patrióticos nacionais⁹. O programa foi encerrado quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência em 2022-23. No entanto, alguns estados, como São Paulo, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Paraná, entre outros, expressaram planos de continuar e estão aumentando programas semelhantes, apesar da mudança nas diretrizes nacionais. Consequentemente, as escolas militarizadas persistem e se expandem em nível estadual e municipal, apoiadas por recursos dessas entidades. A ausência de regulamentações claras permite a presença de militares como professores sem treinamento adequado.

Regulamentos para provedores de educação privada

23. A educação infantil, especialmente as creches, exige um investimento maior por aluno em comparação com outras etapas, mas há menos investimentos nessa área. Para financiar adequadamente a educação infantil, conforme a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, estima-se um investimento adicional de R\$ 10,2 bilhões - equivalente a 0,14% do PIB. No entanto, é necessário um esforço maior do governo federal para ampliar sua contribuição ao Fundeb, uma vez que as finanças dos estados, do Distrito Federal e dos municípios já estão bastante comprometidas, levando muitos municípios a depender de convênios com o setor privado para o financiamento e a gestão das escolas públicas.

24. Além das considerações financeiras, há várias lacunas na legislação regulatória referente ao desempenho do setor privado no sistema educacional brasileiro, de acordo com um estudo comparativo entre os Princípios de Abidjan e a legislação nacional¹⁰. Essas lacunas incluem a falta de disposições para evitar a influência indevida de instituições educacionais financiadas pelo setor privado no sistema educacional, garantindo padrões e regulamentações iguais para instituições privadas que recebem financiamento público e realizando avaliações de impacto sobre os direitos humanos para a avaliação

⁹ EXAME. Fim das escolas cívico-militares? Estados vão manter modelo apesar de decisão do MEC. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/fim-das-escolas-civico-militares-estados-va-manter-modelo-apesar-de-decisao-de-mec/>>.

¹⁰ <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119737>

contínua e a melhoria do financiamento da educação. Regulamentar o papel do setor privado na educação no país e abordar essas lacunas é essencial para garantir que o financiamento público apoie o direito à educação de forma eficaz e justa.